

INTELECTUAIS, LITERATURA E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UM DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO¹

Luis Gustavo de Paiva FARIA²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo organizar um debate teórico-bibliográfico envolvendo referências da sociologia da cultura, da literatura e dos intelectuais, bem como dos estudos literários e do pensamento social brasileiro, articulando-as em uma discussão formulada a partir de historiografias culturais e literárias. Considera-se a relação entre literatura e sociedade a partir de uma abordagem cara à área de sociologia da cultura, segundo a qual a literatura é entendida como fenômeno social reflexivo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia dos Intelectuais; Sociologia da Literatura; Pensamento Social Brasileiro.

INTELLECTUALS, LITERATURE AND BRAZILIAN SOCIAL THINKING: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL DISCUSSION

ABSTRACT: *The aim of this article is to organize a bibliographic debate involving theoretical references from the sociology of culture, literature and intellectuals, such as literary studies and Brazilian social thinking, involving them in a discussion formulated from cultural and literary historiographies. The relationship between literature and society is considered from an approach dear to the field of sociology of culture, according to which literature is understood as a reflexive social phenomenon.*

KEYWORDS: *Sociology of Intellectuals; Sociology of Literature; Brazilian Social Thinking.*

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na *IV Jornada de Pensamento Político Brasileiro*, na Sessão 1 do GT IV: Intelectuais, cultura e política no pensamento brasileiro. Agradeço as valiosas sugestões da Prof. Carmen Felgueiras (UFF), debatedora dos trabalhos, e dos demais presentes.

² Universidade Federal de Viçosa (UFV), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Viçosa – MG – Brasil. Mestrando em Estudos Literários. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0603-4642>. lgpaivafaria@gmail.com.

Em “Crítica e Sociologia”, Antonio Candido (2006) enfatiza a importância da influência mútua entre crítica literária e sociologia da literatura, formulando um panorama de abordagens e identificando objetos próprios às respectivas áreas. Por um lado, o crítico ressalta a necessidade de uma crítica literária integrativa entre elementos sociais e estéticos e, por outro, de estudos sociológicos que se utilizem de obras literárias, argumentando que “é preciso estabelecer uma distinção de disciplinas, lembrando que o tratamento externo dos fatores externos pode ser legítimo quando se trata de sociologia da literatura” (CANDIDO, 2006, p. 14)”. Distingue-se, portanto, essas disciplinas, já que teriam interesse em diferentes elementos de um mesmo fenômeno.

Um amplo levantamento bibliográfico feito por Naves *et al.* (2001) demarca as disputas e as abordagens disciplinares em trabalhos cujo objeto de estudo são manifestações artísticas. Ainda que os autores estejam trabalhando com o tema da música popular brasileira, é possível generalizar seu argumento às manifestações culturais em sentido amplo na medida em que, mesmo quando determinada área ou disciplina possua maior ou menor tradição em seu tratamento, tais manifestações estão sob exame de diversas abordagens que se diferenciam entre si por questões epistemológicas e metodológicas. O fato de disciplinas diversas estudarem um mesmo fenômeno cultural, como é o caso da crítica literária e da sociologia da cultura em relação à literatura, confirma o caráter interdisciplinar do objeto. Segundo os autores,

[...] deparamo-nos com um grande número de trabalhos [de] diferentes áreas do conhecimento, como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Teoria Literária e a Teoria da Comunicação, entre outras, que buscam através da música popular [e de manifestações culturais] uma reflexão mais ampla sobre a tradição cultural brasileira. E é também importante lembrar que o estudo [...] exige que o pesquisador recorra a ferramentas metodológicas de áreas circunvizinhas. (NAVES *et al.*, 2001, p. 1).

Ao considerar a dificuldade em estabelecer fronteiras disciplinares no estudo de manifestações culturais, artísticas e literárias, segue-se aqui as pistas argumentativas estabelecidas por Candido (2006) e os limites discutidos por Naves *et al.* (2001), mesmo que seja possível questioná-las em diferentes níveis. Desse modo, este trabalho concentra-se em uma abordagem sociológica do fenômeno literário, expandindo seu escopo aos elementos culturais constitutivos dos fenômenos artísticos, o que valida e assume, por consequência, as fronteiras construídas por Candido (2006).

A relação entre literatura e sociedade é abordada a partir da sociologia da cultura, mantendo um fundamento da literatura como fenômeno social reflexivo. Ao se situar em determinada abordagem, não significa que o trabalho esteja fechado às diferentes áreas que compartilham temas e objetos de pesquisa. Ao contrário, busca-se *insights* sobre manifestações artísticas em pesquisas de disciplinas e abordagens diversas, como crítica literária e história cultural.

No Quadro 1, estão organizadas especificidades consideradas na construção de um objeto de pesquisa por diferentes disciplinas no que se refere à relação com fenômenos artísticos e culturais:

Quadro 1 – Áreas de pesquisa e focos de análise de fenômenos artístico-culturais

Área de pesquisa	Foco de análise
Comunicação e Semiótica	Levam em conta elementos de produção e distribuição do objeto artístico
Musicologia e etnomusicologia	Indústria cultural e ritmos populares
Estudos Literários	Análise estética, aspectos formais
Antropologia	Identidades culturais populares
História Social e Sociologia	Movimentos artísticos e culturais em interface à política e à economia

Fonte: Adaptado de Naves *et al.* (2001).

Considerando esses pressupostos, ressalta-se que o escopo e o objetivo deste trabalho aproximam-se de uma sociologia da cultura, da literatura e dos intelectuais que dialoga diretamente com o pensamento social brasileiro, colocando em segundo plano a tradicional abordagem de reconstrução da trajetória de artistas através de narrativas biográficas ou da utilização do método prosopográfico, embora essas sejam ferramentas importantes para as ciências sociais. Há uma tentativa de que os elementos históricos e contextuais, assim como as produções artístico-intelectuais dos autores estudados, sejam contemplados sem dualidades.

A historicidade dos “intelectuais” como grupo social e conceito sociológico

A discussão teórico-metodológica em sociologia da cultura, da arte e da literatura perpassa duas categorias analíticas centrais: a agência e a estrutura (MORAIS; SOARES, 2000). Privilegiadamente discutidas em trabalhos cujo

foco de análise seja objetos artístico-culturais, também são fundamentais para a teoria sociológica, visto que são categorias elementares para a compreensão e delimitação do objeto de estudo da sociologia como disciplina acadêmica. A partir de ambas, diversos autores desenvolveram suas concepções dando relevância ora à agência, materializada aqui na figura do artista como ator social; ora à estrutura, entendida como o contexto histórico-social em que o artista está inserido; ora, por fim, às relações e fluxos entre os dois conceitos (BASTIDE, 2006).

No âmbito de uma sociologia da cultura, como argumentam Bastos e Botelho (2010), há uma área que se dedica particularmente à reflexão sobre os intelectuais, conjugando as relações existentes entre a reflexão intelectual e o contexto social de produção e recepção das ideias, almejando abranger uma integração entre “agência” e “estrutura”. Desde clássicos das Ciências Sociais à sociologia contemporânea, passando pela reflexão pós-colonial sobre o papel e a função da intelectualidade (SAID, 2007), uma diversidade de autores(as) aborda o tema de diferentes perspectivas, disputado por diversas áreas do conhecimento (NAVES *et al.*, 2001).

Assumindo uma abordagem histórico-sociológica, Passiani (2018) trata de uma questão aparentemente banal: “O que é um intelectual?”, da qual deriva outra questão: “Quem é intelectual?”. A partir de um diálogo com pesquisadores que exploraram o mesmo tema, o autor argumenta que se trata de um conceito controverso, pois “não possui uma definição precisa, um significado estabelecido; é, mais propriamente, uma noção que um conceito, é ‘multívoca’, polêmica, desprovida de limites claros e exatos” (PASSIANI, 2018, p. 17). Essa dificuldade de definição deriva das variações históricas e sociológicas em torno do conceito, a depender do período, da sociedade e da cultura analisados, sem mencionar as variações segundo orientações teóricas diversas. Assim como o conceito de literatura, a maior parte da bibliografia que se propôs a oferecer uma definição à noção de intelectual parece estar naquela linha tênue entre proposições normativas e descritivas, entre usos nativos e analíticos.

Se, por um lado, essas controvérsias não são exclusivas da noção de “intelectual”, mas da maior parte dos conceitos filosófico-científicos, por outro, sua constituição como grupo social possui peculiaridades, tendo em vista que toda “organização social, passada e presente, possui os seus profissionais do pensamento, da cultura e da escrita, em suma, aqueles profissionais que em alguma medida lidam com a dimensão simbólica do tecido social” (PASSIANI, 2018, p. 17). Para Passiani (2018), essas características não são suficientes para definir um grupo de e como intelectuais. Como, então, adotar ou adaptar uma definição

que sirva de orientação para análises empíricas? A emergência histórica do termo indica alguns caminhos para essa tarefa.

“Ao que parece, o intelectual, tal qual o concebemos contemporaneamente, é uma figura tipicamente moderna” (PASSIANI, 2018, p. 18). O autor encontra uma “data de nascimento” para o intelectual assim concebido: Caso Dreyfus, França, Paris, fim do século XIX. Em um evento histórico em que a deportação de um militar está em jogo por traição à França, são encontrados documentos que provam sua inocência. Em meio a comoções sociais de antissemitismo, Émile Zola, famoso escritor naturalista, publica uma carta em um jornal diário com diversas assinaturas em apoio a Dreyfus, militar deportado. A partir da manifestação, é instaurado um debate público que nomeia a carta de Zola e seus assinantes como “manifesto dos intelectuais” (PASSIANI, 2018), usando o termo ora de modo positivo, ora pejorativo, a depender da posição política do remetente.

Desse evento histórico surgem definições de diferentes autores que associam os grupos de intelectuais a posições necessariamente progressistas, críticas, autônomas e ou reflexivas. Como sujeito à margem, à parte, alguém que estranha. Alguém que olha de fora, frio, reflete. A incorporação no uso cotidiano de uma ou algumas dessas características não parece novidade; contudo, o pioneirismo do evento também está em transformar os intelectuais em uma “questão a ser analisada, num problema que se tornará um desafio para a sociologia” (PASSIANI, 2018, p. 20). Evocando o crítico Edward Said, Silva (2018, p. 224) qualifica a dimensão sociológica em coletivos de intelectuais ao observar que sua figura em um grupo social “não se faz sozinha e sem trabalho intencional, mas este se constitui (enquanto tal) ou se *representa* em relação a um dado contexto sociointelectual, com o qual necessariamente vai dialogar”.

A investigação sociológica dos intelectuais possui raízes firmes em autores de abordagens teóricas de difícil conciliação, mesmo conflitantes: Gramsci (1982) e Mannheim (2001). Não seria viável explorar as posições destes autores neste espaço. De modo bastante genérico, é possível diferenciá-los reconhecendo que, em uma abordagem marxista, Gramsci (1982) argumenta que os intelectuais necessariamente possuem uma vinculação de classe, não se constituindo como grupo social autônomo, mas intelectuais orgânicos ou conservadores no âmbito de classes sociais. Por sua vez, em uma abordagem ‘fenomenológica’, Mannheim (2001) sustenta que os intelectuais ultrapassam uma dimensão de classe e, por isso, seriam um grupo relativamente autônomo a essa estratificação, ainda que tenha raízes fincadas a seu contexto social de produção. Mesmo que conflitantes e aparentemente incompatíveis, suas abordagens são amplamente

utilizadas em investigações de diferentes contextos nos quais uma ou outra parece mais adequada aos fatos e aos fenômenos³.

Isolada de seu escopo funcionalista⁴, este trabalho assume uma definição ampla e relativamente fraca para o conceito de intelectual que se aproxima de uma perspectiva fenomenológica:

Definimos intelectual como todo aquele que exerce integralmente a função de organizar a cultura, preservar a memória social, disseminar valores, símbolos e representações coletivas, bem como sistematizar compreensões acerca da realidade social e visões de mundo. (BARREIROS, 2009, p. 16).

Se a definição parece assumir que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 7). O filósofo italiano assume que qualquer atividade humana possui algum nível de criação e cognição, logo de intelectualidade; no entanto, sua distinção é sociológica: há pessoas que exercem um papel social de intelectual e outras que exercem papéis sociais distintos.

Neste ponto é que se torna possível retornar a Dreyfus e recorrer novamente a Passiani (2018). Ao reconhecer a historicidade do conceito, o autor também demonstra sua histórica vinculação a determinadas atividades e papéis sociais. Em uma curiosa nota de rodapé sobre a carta de Émile Zola, o sociólogo argumenta:

A carta de Zola não deixa também de alçar o escritor e a literatura a um outro patamar, estabelecendo entre a figura do primeiro e a do intelectual quase uma sinonímia, uma filiação quase instantânea; e elevando a segunda a uma forma reconhecida e legítima de conhecimento sobre o mundo. (PASSIANI, 2018, p. 24).

Ao relatar a reverberação destes acontecimentos, o autor alcança a constituição do campo literário francês, evocando a incontornável tese de Bourdieu (1996), sociólogo que explora uma abordagem teórica onde tenta conciliar

³ Em um texto sobre Joaquim Nabuco e Luís Gama e seus respectivos projetos de abolição, em parceria com Santos, refletimos sobre as posições intelectuais dos dois abolicionistas a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico. Cf. Santos e Faria (2020).

⁴ Barreiros (2009, p. 11) propõe uma perspectiva teórica em que os intelectuais sejam entendidos “como um grupo funcional multiclassista, multiprofissional, e inerentemente desorganizado, dotado de estratificação social interna cujo topo é ocupado pelas diversas elites intelectuais”. Para tal, o autor se afasta de Gramsci (1982) e se apoia em teóricos das elites, nomeadamente Gaetano Mosca e Wright Mills, e teóricos funcionalistas, como Robert Merton. Este trabalho não compartilha deste referencial.

materialismo e fenomenologia a partir da teoria dos campos. Ao mencionar a autonomização do campo intelectual francês a partir de Zola, Passiani (2018, p. 30) retoma a figura dos escritores e sua literatura que, desde o fim do século XVIII, vinham assumindo

[...] efetivamente um papel central na elaboração e difusão de doutrinas sociais e políticas, e devido ao seu acesso aos meios de comunicação da época (imprensa, livros, sucessos teatrais), contribuíram para a formação da própria consciência social das elites e de uma parcela das classes médias.

No Brasil, o contexto de emergência de uma intelectualidade coesa e orgânica é tema fundamental para a sociologia da cultura, da literatura e, contemporaneamente, para a área que vem se consolidando sob a denominação “pensamento social brasileiro”. É imprescindível pontuar que, em países e regiões historicamente colonizadas⁵, a constituição de uma intelectualidade não pode ser discutida à revelia deste fato, já que a produção do conhecimento está necessariamente imersa em questões sociais, culturais e políticas, em suma, relações (assimétricas) de poder.

Esta assimetria está diretamente relacionada ao problema colocado por Lynch (2013) em relação à distinção entre teoria e pensamento, sustentada por um critério de qualidade fundamentado em relações políticas entre centro e periferia. O autor verifica que, “no Brasil, suas elites sempre consideraram seus produtos intelectuais mais ou menos inferiores àqueles desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, em consequência de uma percepção mais ampla do caráter periférico do seu país” (LYNCH, 2013, p. 730-731). A eles, a ciência, a filosofia e a universalidade, ou seja, a teoria; a nós, a arte, a literatura, canções, a particularidade, ou seja, o pensamento. Neste trabalho, ao contrário, compreende-se que essa distinção sustenta, associada a questões históricas e geopolíticas, uma lógica de produção do conhecimento que ignora e ou desqualifica o potencial epistêmico e reflexivo de manifestações artístico-culturais. Esses pressupostos ignoram as afinidades históricas entre arte, literatura, ciências sociais e filosofia no Brasil. É impossível filosofar em português brasileiro através de um poema ou de uma canção?

⁵ Com a chegada dos colonizadores ibéricos na América, as produções intelectuais do território dominado foram quase integralmente eliminadas. Civilizações pré-colombianas, por exemplo, formulavam reflexões e as documentavam. É preciso chamar atenção para a crescente circulação de produções intelectuais ameríndias através de meios e espaços historicamente “hegemônicos”, como o livro e a universidade, onde nomes como Ailton Krenak, Daniel Mundukuru e Jaider Esbell (*in memoriam*) passam a ter voz como professores, escritores e intelectuais.

Afinidades eletivas entre arte, literatura e ciências sociais no Brasil

Segundo Silviano Santiago (2000), o processo de colonização europeia no continente americano concentra sua (violenta) propagação em dois códigos culturais articulados: o linguístico e o religioso. O teatro dos jesuítas, por exemplo, foi uma manifestação literária cuja função social primeira era a catequização e conversão religiosa dos indígenas, visando a “uma substituição definitiva e inexorável” das culturas locais (SANTIAGO, 2000, p. 14). Por décadas, antropólogos e historiadores caracterizaram esse processo como uma dinâmica unilateral do colonizador ao colonizado, do civilizado ao bárbaro, e pressupõe a existência de diferentes estágios evolutivos entre as sociedades humanas.

Em relações de contato entre sociedades “superiores” e “inferiores”, parece óbvio que os últimos estejam em uma posição de assimilação passiva, esforçando-se eles próprios para alcançar o estágio civilizatório dos primeiros. Assim seria efetivado o que se chama de aculturação. Deseja-se alcançar unidade e homogeneidade culturais. “Um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua” (SANTIAGO, 2000, p. 14).

A contrapelo da perspectiva descrita acima, a emergência da etnologia e da etnografia contribuiu para questionar discursos estabelecidos sobre a alteridade. É importante ressaltar que sua contribuição não anula quatro séculos de colonialismo europeu, (que encarou a América Latina como cópia, simulacro, duplicação), mas propõe uma modificação no modo de encarar as relações entre sociedades: assimilação passiva, unidade, pureza e homogeneidade, antes pressupostos, não são verificáveis historicamente; as relações são multilaterais e mútuas, apesar da violenta tentativa de correção e homogeneização pelos europeus. Há, inclusive, brechas para resistência: entre-lugares.

Em seu ensaio, Santiago (2000, p. 9) preocupa-se com “o discurso literário latino-americano no confronto com o europeu”, procedendo à tentativa de um “processo de inversão de valores” no interior de elementos teóricos da literatura comparada. Para tanto, o autor ressalta a importância do papel da etnologia, cujo “desejo de desmistificar o discurso beneplácito dos historiadores” teria contribuído para o “abalo da metafísica ocidental” (SANTIAGO, 2000, p. 11). Utilizando esse referencial, o autor procura adaptá-lo para os estudos literários, questionando-se sobre o “abalo” destes pressupostos em um método de crítica literária:

Se os etnólogos ressuscitaram por seus escritos a riqueza e a beleza do objeto artístico da cultura desmantelada pelo colonizador — como o crítico

deve apresentar hoje o complexo sistema de obras explicado até o presente por um método tradicional e reacionário cuja única originalidade é o estudo das fontes e das influências? (SANTIAGO, 2000, p. 17).

Santiago argumenta que o método crítico tradicional “das fontes e influências” analisa a literatura “como se a verdade de um texto só pudesse ser assinalada pela dívida e pela imitação” (SANTIAGO, 2000, p. 19). Em contraposição, o crítico propõe “um novo discurso crítico, o qual por sua vez esquecerá e negligenciará a caça às fontes e às influências e estabelecerá como único valor crítico a diferença” (SANTIAGO, 2000, p. 19).

Nesse sentido, o modelo proposto pelo crítico brasileiro explicita uma teia de relações políticas que envolvem a criação literária, tanto no modo como autores lidam com a tradição que os precedem quanto nos pressupostos de um modelo crítico tradicional que assume essas relações de poder como naturais e universais. Ao chamar atenção para a figura do escritor como sujeito da produção literária, situando-o em meio à assimetria de poder, Santiago (2000) ressalta seu caráter crítico, assim como no processo de colonização envolvendo europeus e ameríndios. O papel deste novo método crítico, portanto, consistiria em reconhecer estes “entre-lugares”, abandonando conceitos que pressupõem uma assimilação passiva da tradição para assumir [...] “uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência” (SANTIAGO, 2000, p. 16).

Nosso trabalho crítico se definirá antes de tudo pela análise do uso que o escritor fez de um texto ou de uma técnica literária que pertence ao domínio público, do partido que ele tira, e nossa análise se completará pela descrição da técnica que o mesmo escritor cria em seu movimento de agressão contra o modelo original, fazendo ceder as fundações que o propunham como objeto único e de reprodução impossível. (SANTIAGO, 2000, p. 20-21).

O método, assumidamente político, não o faz necessariamente a partir de posições do crítico como analista, mas de um reconhecimento das relações assimétricas entre diferentes produções literárias. A tradição, a influência e a intertextualidade não deixam de existir, trata-se de identificar a lógica e a qualidade destes processos. “Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra” (SANTIAGO, 2000, p. 17). No Brasil, é possível pensar a proposta de Santiago (2000) a partir das relações históricas entre arte, literatura, ciências sociais e

nacionalidade. O que se constitui como conhecimento da realidade e da cultura brasileiras?

“Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política” (CUNHA, 2005, p. 197). Factual ou não, a famosa frase de Euclides da Cunha (2005) aponta para a complexa relação entre intelectualidade, cultura brasileira e nacionalidade desde o século XIX. José de Alencar, Gonçalves Dias, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Monteiro Lobato, Lima Barreto. Pau-Brasil, Tropicalismo, Manguebeat. Verde-Amarelismo, Armorialismo, Centros Populares de Cultura (CPC:s). Dentre uma diversidade omitida⁶, trata-se de exemplos de intelectuais e movimentos artísticos que atravessaram os séculos XIX e XX e que assumiram, defenderam ou construíram narrativas sobre a cultura e identidade nacionais em suas produções artísticas e críticas. Em meio a teses convergentes e divergentes, discussões e conflitos públicos, artistas e movimentos se relacionaram em maior ou menor intensidade com a tradição e com seu tempo histórico para defender seus princípios estéticos e, potencialmente, projetos intelectuais e nacionais deles indissociáveis.

Antonio Candido (2000, 2006) argumenta pelo nexos fundamental entre conhecimento, literatura e nacionalidade no século XIX, sobretudo a partir do Romantismo, percebendo como a intelectualidade brasileira não apenas emerge como fenômeno nacional e nacionalista, mas contribui decisivamente para a construção de elementos e símbolos nacionais:

Ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [literatura] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento. Veja-se, por exemplo, o significado e a voga do Indianismo romântico, que satisfazia tanto às exigências rudimentares do conhecimento (graças a uma etnografia intuitiva e fantasiosa), quanto às da sensibilidade e da consciência nacional, dando-lhes o índio cavalheiresco como alimento para o orgulho e superação das inferioridades sentidas. (CANDIDO, 2006, p. 138).

Em “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, ensaio de *Literatura e Sociedade*, Candido (2006, p. 117) retoma a discussão das relações entre cultura e intelec-

⁶ O artigo de Lima (2005) faz uma admirável síntese das relações entre intelectualidade brasileira e identidade nacional na segunda metade do século XIX e início do XX tendo como foco a obra de Euclides da Cunha. Também o citado ensaio de Candido (2006), “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, oferece um ótimo panorama das relações entre intelectualidade, literatura e nacionalidade. Sérgio Costa (2006), por sua vez, explicita os vínculos entre intelectualidade, nacionalidade e racialidade, demonstrando que as produções literárias também estiveram implicadas em um projeto nacional de embranquecimento racial.

tualidade ao propor “uma lei de evolução da nossa vida espiritual” regida pela dialética do localismo e do cosmopolitismo. No Brasil, esse processo concentra na “literatura, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito” (CANDIDO, 2006, p. 137). Ao longo do século XIX e início do XX, a literatura teria o mesmo papel que as produções sociológicas e filosóficas teriam em países europeus, articulando elementos estéticos a projetos de diferentes ordens, incluindo aí questões políticas, econômicas e culturais.

Justamente devido a essa inflação literária, a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo à sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros. (CANDIDO, 2006, p. 138).

Com a crescente divisão do trabalho intelectual, o autor argumenta que ao longo do século XX a literatura vai deixando de ser referência para além dela mesma e se volta para si: “os papéis sociais do romancista e do sociólogo já se diferenciaram, e a literatura deve retrair, se não a profundidade, certamente o âmbito da sua ambição” (CANDIDO, 2006, p. 143).

À parte o diagnóstico com tom pessimista, as teses de Candido (2000, 2006) demonstram como o problema da nacionalidade mantém uma longa relação entre intelectuais, literatura e cultura brasileira que seriam, para o autor, desagregadas na segunda metade do século XX com a especialização do conhecimento. Se se considerar, contudo, os argumentos de Gilberto Velho (1977) sobre a configuração de um mundo artístico-intelectual brasileiro em um período subsequente àquele tratado por Candido (2006), sobretudo a partir de 1960, e de José Miguel Wisnik (2004) a respeito do surgimento de uma nova “gaia ciência” brasileira na segunda metade do século XX, onde as fronteiras entre música e literatura vanguardistas e conhecimento sobre a cultura e realidade brasileiras tornam-se tênues, há possíveis indicações de um restabelecimento (ou deslocamento de influências) nas relações entre intelectuais, literatura (artes) e nacionalidade, ainda que de diferentes formas em contextos bastante diversos. A literatura, em particular a poesia, passa a se relacionar de maneira expressiva e às vezes se confundir com outras artes e áreas do conhecimento, sustentando o caráter reflexivo e, conseqüentemente, de produção de conhecimento sobre a realidade e a cultura brasileiras.

Gilberto Velho (1977) argumenta que artistas e intelectuais não estariam dissociados no contexto brasileiro da segunda metade do século XX, o que o leva ao conceito de “mundo artístico-intelectual”. Com isso, seria possível proceder a “uma análise empírica das vanguardas brasileiras” (VELHO, 1977, p. 27) sem restringi-las apenas à dimensão estética, mas considerando a integração entre aspectos artísticos, culturais e intelectuais.

Para definir o conceito de vanguarda, o antropólogo utiliza as definições nativas que os próprios movimentos artísticos assumem sobre si. São características fundamentais à autorreferência e ao alto nível de reflexividade que permitiriam à vanguarda criar, manipular e modificar seu programa estético, seu posicionamento político e o próprio conceito de vanguarda com que se identificam. A partir de uma colagem de definições assumidas por grupos vanguardistas sobre si mesmos, Velho (1977, p. 27) descreve:

‘Vanguarda é a preocupação de se renovar, de não ficar parado, estático’.
‘É um estado de espírito revolucionário’; ‘A arte brasileira de vanguarda é aquela preocupada em rever-se sempre, criar formas novas, estar sempre se fazendo, sem sacralizar nada. É a negação da arte acadêmica, convencional, presa a regras e normas’; ‘Ser vanguarda é não estar preso a nenhum esquema definitivo, é duvidar das coisas’.

Dessa perspectiva, os membros de uma vanguarda cultivariam um caráter quase-etnográfico de estranhar-se em suas próprias práticas e princípios estéticos, implicação que expande a noção de que um movimento de vanguarda se associa apenas a rupturas no plano estético; agregando, portanto, o elemento da reflexividade que conjuga questões políticas, ideológicas, existenciais e estéticas. Em termos históricos, Holanda (2004), por exemplo, restringe ao Concretismo um caráter de vanguarda nas décadas de 1960 e 1970; ao assumirmos os pressupostos de Velho (1977), seria possível avaliar uma expansão da classificação de vanguarda, por exemplo, ao Tropicalismo e aos grupos contraculturais pós-tropicalistas. A nomenclatura, evidentemente, geraria confusões e ambiguidades, sendo mais profícuo situar as características de uma vanguarda para Velho (1977) aos movimentos artísticos das décadas de 1960 e 1970, especialmente sua ênfase no agenciamento e na reflexividade de programas estéticos e produções artísticas desses movimentos.

Para o autor, os movimentos artísticos brasileiros no contexto da Ditadura Militar buscaram construir um “mundo comum”, onde “mesmo havendo uma grande variação na sua composição interna, o *ethos* dominante estaria ligado a

uma visão de mundo política e existencialmente progressista” (VELHO, 1977, p. 29). Os limites desse grupo artístico-intelectual são marcados pela relação que estabelecem com outros grupos e com os agentes sociais da sociedade brasileira. Nessa perspectiva relacional “[...] é que se pode perceber a existência de uma ação coletiva mais abrangente e de uma consciência de grupo mais nítida quando a atuação da censura torna-se mais agressiva” (VELHO, 1977, p. 30) e expõe a ambígua relação de conflito ou convivência entre o “mundo da vanguarda” com o mundo “ditatorial”:

A levianidade, verdadeiro ou falsa, a mutabilidade ou até o camaleonismo do intelectual e artista contemporâneo, mais especificamente dentro da sociedade brasileira, expressam a multiplicidade de vivências e solicitações, acentuadas por um clima repressivo e autoritário que talvez no Brasil apareça com maior nitidez, fazendo com que a nossa experiência seja um dos casos limites do mundo contemporâneo. Portanto, o mundo artístico-intelectual e sua vanguarda estão e não estão no *establishment*. É esta ambiguidade que lhe dá uma de suas marcas distintivas. (VELHO, 1977, p. 34-36).

Ao explorar este mesmo contexto de produção artístico-intelectual, Wisnik (2004, p. 218) argumenta que, referindo-se a um termo utilizado pelos trovadores provençais, entre as décadas de 1960-70, teria surgido no Brasil uma “[...] nova forma da ‘gaia ciência’, isto é, um saber poético-musical que implica uma refinada educação sentimental – mas, também, uma ‘segunda e mais perigosa inocência na alegria’ [...]”. Essa relação, para Wisnik (2004, p. 225), não se dá de maneira externa às canções, mas em sua própria estrutura formal.

[...] a relação entre canção popular e literatura, no Brasil, se ela de fato existe como atração magnética numa parte respeitável dessa produção, não se deve a uma aproximação exterior em que melodias servem de suporte a ‘inquietações’ cultas e letradas, mas à demanda interior de uma canção que está a serviço do estado musical da palavra, perguntando à língua o que ela quer, e o que ela pode.

Para Wisnik (2004), duas características podem ser identificadas na relação entre poesia e canção popular no Brasil: 1) a relação histórica entre cultura erudita e cultura popular a partir da Bossa Nova; e 2) o papel da canção, como poesia cantada, de sinalizar a cultura do país e representar um modo de pensar

as relações culturais brasileiras (WISNIK, 2004, p. 215). Sobre isso, é possível ilustrar as relações entre arte e as múltiplas culturas brasileiras em três movimentos artístico-intelectuais nacionais: a Bossa Nova, o Tropicalismo e o *rap*.

A Bossa Nova, como movimento estético musical, é apresentado por Wisnik (2004) como um momento de consolidação dessa “gaia-ciência” entre literatura e canção popular, em particular porque implica, em termos formais, um nexos necessário entre voz e palavra, de maneira que ambas assumam igual importância para a conformação da canção. Esse ápice seria atingido nas obras de João Gilberto e Tom Jobim, acompanhados pela atuação de Vinicius de Moraes como poeta-letrista. Para Wisnik (2004, p. 221), “a realização estética mais alta da Bossa Nova passa exatamente por uma estilização de ‘amadorismo’ do qual ela se nutre”, conformando, assim, um otimismo ingênuo e trágico relacionado à modernização dos anos 1950, com a construção de Brasília.

O Tropicalismo, por sua vez, seria marcado pela apropriação da antropofagia de Oswald de Andrade, configurando um movimento repleto de paradoxos em suas propostas estéticas que representaria, em um contexto ditatorial, segundo a expressão de Wisnik (2004), um “pessimismo alegre”. O desenvolvimento da indústria cultural em consonância com o Estado autoritário exige de um movimento artístico estratégias de resistência estética e política. Para Wisnik (2004, p. 234), “[...] o movimento tropicalista fez da canção de massas o lugar em que essa ferida se expõe e se reflete com todo o poder explosivo do que ela guarda de recalcado, de irresolvido e também de potencialmente afirmativo”.

Ambos os movimentos apontam para o que Wisnik (2004, p. 234) chamou de “dilema brasileiro”, sobre o qual “um cancionista popular chega a ser o sujeito de uma interpretação vertical do seu maior escritor” para representar o “fracasso da integração nacional”. Tom Jobim, ao lado de Vinicius de Moraes, cantando *A Felicidade*; Chico Buarque relendo Carlos Drummond de Andrade em *Até o Fim*; Caetano Veloso, por fim, lendo Guimarães Rosa em *Terceira Margem do Rio*.

Transportando-se para a década de 1990 e início dos anos 2000, é possível encontrar no *rap* brasileiro um dos mais apurados trabalhos em que convergem duas teorias culturais explicadas por Wisnik no documentário *Palavra (En)cantada* (2008): o projeto “folclórico” de Mário de Andrade e a antropofagia de Oswald de Andrade. Isso se sustentaria na medida em que, na década de 1990, grupos artísticos periféricos, como os Racionais MC’s, “deglutiram” o rap americano dos anos 1960 de forma a construir uma base de engajamento estético, social, político e intelectual na periferia paulista, não os dissociando de elementos

musicais brasileiros, em especial da tradição da canção popular que vai do samba ao Tropicalismo.

A obra dos Racionais MC's produz uma linguagem artística e política especificamente “marginal” no âmbito da maior metrópole brasileira: São Paulo, articulando a ela ricos elementos de discurso poético, como em *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e *Nada como um dia após o outro* (2002). Por outro lado, conforme argumenta Ferréz em *Palavra (En)Cantada* (2008), é possível associar a origem do rap ao trovadorismo galego-português, ao cantador e ao repente nordestino. Nesse sentido, o gênero combinaria elementos culturais do repente aos elementos urbanos da metrópole paulistana, seu lugar de origem. O rap, segundo a interpretação aqui trabalhada, representaria uma particular e valiosa conjunção entre arte, literatura e intelectualidade brasileiras na entrada do século XXI.

Aqui, parece ser possível fechar o argumento: no Brasil, há uma ampla correlação, senão causalidade, entre literatura e intelectualidade no decorrer do século XIX, XX e início do XXI. Se, para franceses, esse fato constitui objeto de uma polêmica autonomização do campo literário e intelectual, para brasileiros, por sua vez, as relações entre intelectualidade e literatura são objeto de reflexão estético-política-filosófica sobre a nacionalidade e sobre a cultura, como argumenta Candido (2006) e Velho (1977). Caetano Veloso exemplifica e, ao mesmo tempo, sintetiza o argumento de Candido (2006), Velho (1977) e Wisnik (2004) em *Língua* (1984): “Se você tem uma ideia incrível/É melhor fazer uma canção”. Edi Rock, em *Negro Drama* (2002), aproxima-se de Santiago (2000), amarrando a poesia à luta em um mesmo sujeito (preto) que canta (e grita): “Eu visto preto por dentro e por fora/Guerreiro, poeta, entre o tempo e a memória”. Poemas, canções e ensaios⁷ para cantar, gritar e filosofar em português?

Literatura, intelectuais e pensamento social brasileiro: uma (re) aproximação?

Destes remendos teórico-analíticos é possível argumentar, a partir de Arruda (2004, p. 116), por uma aproximação da

⁷ Convém relembrar que a distinção entre ensaio e artigo é bastante tênue no mundo acadêmico (como, por exemplo, os autores da Escola de Frankfurt ou a tradição crítica e sociológica inaugurada por Antonio Candido, cuja ensaística não perde em rigor, profundidade ou objetividade). A distinção entre ambos coloca em questão as relações entre centro e periferia na produção de conhecimento, particularmente na configuração entre “Teoria” (tido como polo da ciência, da filosofia, em suma, do “paper” [artigo]) e “Pensamento” (tido como polo da arte, da literatura, em suma, do “ensaio”), que está presente nas reflexões de Santiago (2000), Candido (2006) e Lynch (2013). Ou seja, a ideia de “colonialidade” do conhecimento também pode ser pensada nas formas textuais, para além do conteúdo e do referencial teórico de modo estrito.

[...] sociologia dos intelectuais – ramo da sociologia da cultura – do pensamento brasileiro, tendo em vista que o objeto da reflexão obriga o retorno das preocupações com os mesmos problemas, desvelando orientações valorativas comuns. O tratamento das tensões e dos impasses subjacentes à constituição da sociedade moderna no Brasil passa a realizar-se por meio da avaliação das elaborações intelectuais, dos dilemas vividos por seus praticantes no esforço de construção de uma experiência culturalmente relevante num meio atravessado por concepções acanhadas e caracterizado por oportunidades limitadas. A profusão de estudos sobre os intelectuais no Brasil talvez resulte da sensação de perda progressiva das antigas posições desfrutadas por uma *intelligentsia* que se formou desenhando retratos do país, elaborando diagnósticos, concebendo projetos, vislumbrando trajetórias futuras.

Uma aproximação entre as áreas coloca em questão outros problemas envolvendo tradições, temas, métodos e instituições. Em relação a certos privilégios temáticos de tradições intelectuais, Arruda (2004) menciona a convergência em Antonio Candido entre os chamados ‘intérpretes do Brasil’ (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior) e o modernismo paulista (especialmente Mário de Andrade e Manuel Bandeira), ambos estudados pelo próprio Candido, que inaugura uma vertente intelectual que vai de Roberto Schwarz a Paulo Arantes, passando por Maria Arminda do Nascimento Arruda, Élide Rugai Bastos, Lélia Gonzalez, Iná Camargo Costa, entre outras. Essa longa ‘linhagem intelectual’, se célebre, também pode condicionar perspectivas, problemas e temas.

A rigor, a tradição que se sedimentou a partir de Antonio Candido origina-se do próprio legado modernista assentado pela primeira geração e que está incorporado de uma certa forma até hoje. Essa indagação sobre o caráter inquestionável da superioridade da herança modernista ganhou força nos últimos 25 anos, expressa num conjunto de obras que elegeram os intelectuais como tema de reflexão. (ARRUDA, 2004, p. 112).

Nesse ponto, é necessário reconhecer a forte influência dessa mesma linhagem e das obras de Antonio Candido como referência teórica fundamental para a conformação teórica, analítica e metodológica deste trabalho. Esse fato não implica, contudo, em desconsiderar limitações em sua abordagem e contribuições de outras linhagens. Se se pensar um arco entre sociologia dos intelectuais,

sociologia da literatura e pensamento social brasileiro no campo de uma sociologia brasileira da cultura, é possível explorar a possibilidade de diversas linhas, mais ou menos consolidadas, que nem sempre se relacionam de modo pacífico, mas sobrevivem e se articulam entre si.

O trabalho feito por Silva Filho (2016, 2017) expõe e contrapõe características de duas dessas linhagens no âmbito da Universidade de São Paulo (USP), ambas protagonizadas por Antonio Candido e pelo sociólogo Sérgio Miceli. Diferentemente daquele, que se aproxima de uma abordagem sociológica da crítica literária⁸, Miceli aproxima sua sociologia dos intelectuais e da literatura à teoria sociológica francesa, especialmente de Pierre Bourdieu, seu orientador no doutorado. Em 1978, Miceli retorna à USP e defende sua tese, elaborada na França, em uma banca da qual Antonio Candido era membro. Desse encontro deriva o polêmico prefácio do crítico brasileiro à obra do sociólogo, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Silva Filho (2016, 2017) explora as tensões e as ambivalências deste prefácio a partir do próprio texto em questão e de uma entrevista realizada com Sérgio Miceli em maio de 2015, da qual vale a pena citar um trecho como síntese dessas tensões.

Sérgio Miceli: Embora [Antonio Candido] tenha incorporado a formação em ciências sociais, se redefiniu como crítico literário. Tais transições foram impondo movidas sutis no trabalho de auto-definição, algo perceptível por meio da leitura dos textos nos diferentes períodos. Ele buscou, como era de se esperar, não rechaçar, mas abrandar o componente sociológico em prol do que passou a nomear como propriamente literário. Algo que é difícil de atinar, mas isso não vem ao caso por ora. [...] Eu nunca quis ser crítico literário, nunca estudei nem ensinei literatura. A literatura, para mim, é um objeto de reflexão sociológico, é um material disponível para a reflexão sociológica, quer dizer, não tenho nenhuma pretensão de fazer análise estética, e muito menos de exercer poderes de árbitro nessa seara. Se o trabalho que faço incomoda, incomodo como sociólogo e não como concorrente. (SILVA FILHO, 2016, p. 501-502).

Essa tensão entre abordagens, temas e métodos é ainda mais profunda quando se coloca em jogo a variável institucional entre regiões. Em uma espécie de questionário-artigo, Lilia Schwarcz (USP) e André Botelho (UFRJ) (2011)

⁸ Leopoldo Waizbort (2007) defende a existência de uma influência germânica, particularmente de Erich Auerbach, na trajetória intelectual de Antonio Candido. Pode-se sugerir, timidamente, que Candido conciliaria Silvio Romero, Sérgio Buarque de Hollanda e Auerbach entre suas raízes intelectuais.

fazem cinco questões para 12 especialistas selecionados que pesquisam direta ou indiretamente a área de pensamento social brasileiro, dentre os quais estão Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP) e Sérgio Miceli (USP), já citados neste trabalho, além de Elide Rugai Bastos (Unicamp) e Ricardo Benzaquem (PUC-RJ e Iesp/Uerj).

Na primeira pergunta pede-se um panorama amplo da área, suas tradições, temas e abordagens. Entre os 12 entrevistados, Bastos, Benzaquem e Miceli respondem de modo semelhante, contrapondo duas abordagens no interior da área de pensamento social brasileiro, consensualmente tida como interdisciplinar: uma cisão entre uma abordagem textualista e contextualista. Não é frutífero trazer as citações na íntegra, mas trechos que mostram uma posição amistosa de Bastos e uma fala combativa de Miceli.

Elide Rugai Bastos (Unicamp): Reconheço pelo menos três grandes linhas, cada uma apresentando abordagens internas diversas: a contextualista, a textualista e a que, reconhecendo a tensão existente entre os dois termos, propõe uma análise que leve em consideração tal tensão. As várias formas de definição do objeto são resultado da adoção de diversos métodos, pois um método não está sozinho no campo interpretativo. (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 139-140).

Sergio Miceli (USP): A julgar pelo recente encontro carioca do grupo, continua havendo, no meu entender, duas tendências: de um lado, uma abordagem contextualista, para a qual os textos ou obras estão como que imantados, de outro, um enfoque na linhagem da história das ideias, inclinado a fazer paráfrases, aproximações postíças entre livros e autores, ou então construindo uma perspectiva um tanto “espiritualizada” de interpretação. A linhagem contextualista busca construir uma história densa de mediações, desde origens sociais, passando pela formação cultural, até os modos de inserção na cena intelectual ou artística; os adeptos da história das ideias lidam com autores e livros, como se estivessem dispostos num quadro de honra/desonra, extraindo desses confrontos linhagens de pensamento definidas em termos anacrônicos. Em ambas direções, verificam-se prodígios de erudição por vezes dispensáveis. (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 143).

Se Elide Bastos enxerga uma possibilidade de síntese entre as oposições destas abordagens, Sérgio Miceli parece se inclinar a uma abordagem contextu-

alista, fazendo uma defesa implícita desta ao descaracterizar a abordagem textualista, que seria identificada em um “grupo carioca”. Segundo nota dos autores, o sociólogo se refere “ao Encontro Intermediário do GT Pensamento social no Brasil da Anpocs, organizado por Nísia Trindade Lima (Fiocruz), Ângela Alonso (USP) e André Botelho (UFRJ) e realizado no IFCS/UFRJ em novembro de 2010” (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 143).

Em um breve levantamento de dados que realizamos em 2017, algumas das tendências aqui discutidas podem ser observadas empiricamente. Trata-se de um levantamento dos Grupos de Trabalho (GT) sobre e de Sociologia da Arte apresentados no Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS) entre os anos de 2003 e 2011, limitando-se aos anais disponibilizados no *site* eletrônico da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)⁹. O material disponível no *site* da SBS disponibiliza os anais de apenas algumas edições do CBS. Estão disponíveis os anais referentes aos anos de 1954, 1987, 1989, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011. São esparsas e distantes, em relação ao tempo, os anais disponibilizados, como evidenciam os diversos anos não contemplados. Essas limitações condicionam escolhas metodológicas e evidencia o caráter preliminar desse levantamento.

Delimitamos nossa análise nos Grupos de Trabalho (GTs) apresentados nos congressos. Tendo isso em vista, não nivelamos a análise apenas ao GT com a mesma denominação da área de pesquisa aqui em questão, Sociologia da Arte, mas também consultamos outros GTs que apresentavam semelhanças temáticas à área, atestando se havia trabalhos relacionados à área analisada. Essa orientação apresentou o resultado de que, dentro os anos acima mencionados, apenas duas edições (XIII, XIV e XV, respectivamente de 2007, 2009 e 2011) trouxeram o GT especificamente de Sociologia da Arte. As outras edições, no entanto, trouxeram GTs caros à área, como demonstra a Tabela 1.

⁹ Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/2017/?formulario=congressos&metodo=0&id=3>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Tabela 1 – Número de Congressos e GTs onde consta a área de Sociologia da Arte

Congressos	Grupos de Trabalho	Total
XI Congresso (2003)	GT15 - Práticas culturais e Imaginário	1
XII Congresso (2005)	GT21 - Sociologia da Cultura	1
XIII Congresso (2007)	GT 05 - Cultura, Política, Memória e Subjetividade GT 24 - Sociologia da Arte GT 25 - Sociologia da Cultura	3
XIV Congresso (2009)	GT05 - Cultura, Política e Memória GT24 - Sociologia da Arte GT25 - Sociologia da Cultura	3
XV Congresso (2011)	GT23 – Sociologia da Arte GT24 – Sociologia da Cultura GT27 – Sociologia e Imagem	3
Total		11

Fonte: Elaboração do autor através de SBS (2017).

A presença de GTs direta ou indiretamente relacionados à área de Sociologia da Arte, como podemos inferir da tabela acima, não são numerosos em relação a outras áreas de pesquisa. Ao contrário, demonstra o quão recente são trabalhos e, mais ainda, a consolidação do GT específico à área de pesquisa, tendo aparecido a partir do XVIII Congresso, ocorrido em 2007. A partir dessa quantificação, a quantidade de trabalhos, a partir do momento em que se insere o GT especificamente sobre Sociologia da Arte, configura-se da seguinte maneira:

Tabela 2 – Quantidade de trabalhos apresentados nos GTs de Sociologia da Arte

Congresso	Nº de trabalhos
XIII Congresso (2007)	19
XIV Congresso (2009)	28
XV Congresso (2011)	16
Total	63

Fonte: Elaboração do autor através de SBS (2017).

Em decorrência da pouca quantidade de trabalhos apresentados, foi possível que realizássemos uma análise sobre os principais autores referenciados nos textos. Nivelamos, nessa discussão, os autores que são referenciados em, pelo menos, três artigos do número total de artigos. Assim, organizamos a configuração de autores mais referenciados nesse total de trabalhos, dando ênfase em autores considerados clássicos à Sociologia ou utilizados na área, ainda que não necessariamente limitados ao escopo da disciplina.

Tabela 3 – Autores com três citações ou mais em relação ao número total de artigos produzidos para três edições do congresso

Autores	XIII Congresso (2007)		XIV Congresso (2009)		XV Congresso (2011)		Total de Citações	
	Artigos	%	Artigos	%	Artigos	%	Artigos	%
P. Bourdieu	8	42%	10	36%	4	25%	22	35%
W. Benjamin	7	37%	3	11%	2	13%	12	19%
A. Candido	2	11%	3	11%	6	38%	11	17%
M. Weber	4	21%	4	14%	2	13%	10	16%
N. Elias	5	26%	2	7%	2	13%	9	14%
Foucault	3	16%	3	11%	0	0%	6	10%
Lévi-Strauss	3	16%	2	7%	1	6%	6	10%
Simmel	3	16%	1	4%	2	13%	6	10%
Geertz	2	11%	2	7%	1	6%	5	8%
Adorno	2	11%	2	7%	0	0%	4	6%
R. Barthes	2	11%	1	4%	1	6%	4	6%
Total de Artigos do GT	19	100%	28	100%	16	100%	63	100%

Fonte: Elaboração do autor através de SBS (2017).

Os autores mais citados, como demonstra a Tabela 3, são Pierre Bourdieu e Walter Benjamin, seguido de Antonio Candido. É notável a presença hegemônica de autores europeus e norte-americanos, sendo Antonio Candido a única exceção de referência (e referencial) brasileiro em trabalhos cuja temática é arte, cultura e literatura. Essa constatação está intrinsecamente relacionada à discussão feita por Lynch (2013), quando menciona o caráter de “pensamento” para produções intelectuais periféricas e de “teoria” para produções de países centrais (europeus e norte-americanos). A teoria, ou seja, a base que sustenta a produção de pesquisas empíricas e bibliográficas é frequentemente

avaliada como exclusiva a regiões geopolíticas “desenvolvidas”, enquanto aos “subdesenvolvidos”, “periféricos” e “atrasados” caberia o espelho, o reflexo, a reprodução do conhecimento importado. Como podemos inverter a perspectiva, conforme propôs Santiago (2000), e identificar o caráter eminentemente reflexivo de produções científicas, artísticas e intelectuais brasileiras sobre a realidade nacional (e internacional)?

Considerações Finais

“Está provado que só é possível filosofar em alemão”, ironizou Caetano Veloso em *Língua* (1984). Com isso não queremos dizer que autores europeus ou norte-americanos não sejam importantes, mas que as representações em torno da produção de conhecimento privilegiam suas produções como conhecimento “teórico” universal, geral e abstrato, tal como argumentou Lynch (2013). Neste trabalho, propomos um debate predominantemente teórico-bibliográfico para refletir sobre literatura, intelectuais e pensamento social brasileiro. O que é considerado conhecimento (teórico) sobre a realidade e a cultura brasileiras? Historicamente, particularmente ao longo do século XIX, foi demonstrado que há fortes afinidades eletivas entre literatura, intelectualidade e nacionalidade brasileiras. O que sustentamos neste texto é que essa histórica relação não se restringe ao século XIX e às primeiras décadas do século XX, mas que pode ser pensada na segunda metade do século XX e mesmo na entrada do século XXI através de múltiplos movimentos artísticos. Se, por um lado, é possível identificar um afastamento das relações entre ciências sociais, arte e literatura como áreas e manifestações específicas, por outro, há campos e áreas recentes que têm se dedicado a reaproximar campos antes distanciados. Esse movimento, contudo, não é feito sem conflitos e tensões (teóricas, metodológicas e analíticas).

A emergência dessas tensões é fundamental para as áreas de conhecimento aqui discutidas, ainda que sejam sucessivas e frequentemente cansativas. Em outro trabalho, lidamos empiricamente com muitos destes problemas relacionados a abordagens, temas e métodos da área de sociologia da cultura, dos intelectuais e da literatura que foram mencionados acima (FARIA, 2019). Neste espaço, a exposição das abordagens e algumas de suas tensões está organizada de modo relativamente intuitivo, pois resulta de um debate bibliográfico organizado em torno de leituras diversas. Em um planejamento futuro, é possível sistematizar as tensões em torno dessas áreas de pesquisa a partir de um escopo metodológico que possa abranger múltiplas variáveis de análise, como instituição, região, abordagem teórico-metodológica e principais referências utilizadas.

Ao fundo e ao fim, estamos sempre procurando pelo justo meio através de equilíbrio entre literatura e sociedade, entre localismo e cosmopolitismo na dialética de Candido (2006). Em notas inconclusas, tentamos alcançar, à exaustão, a metade entre a virtude e o vício.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 107-118, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100006>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- BARREIROS, D. P. Intelectuais e estrutura social: uma proposta teórica. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 10-45, 2009.
- BASTIDE, R. Problemas da sociologia da arte. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 295-305, 2006.
- BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/dados/v53n4/a04v53n4.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do Campo Literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- COSTA, S. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.
- CUNHA, E. da. Da Independência à República. In: CUNHA, E. da. **À margem da História**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. p.177-258.
- FARIA, L. G. P. **Fragmentos de trajetórias: cultura brasileira e reflexividade em Torquato Neto (1962-1972)**. 2019. 107 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
- HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/1970**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LIMA, N. T. Diálogo sobre os males do Brasil: breve incursão em nossa tradição intelectual. **Glauks**, Viçosa, v. 5, p. 38-56, 2005.

LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MANNHEIM, K. O problema da “intelligentsia”: um estudo de seu papel no passado e no presente. *In*: MANNHEIM, K. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001. p.69-134.

MORAIS, J. V. de; SOARES P. M. F. Agência, estrutura e objetos artísticos: dilemas metodológicos em Sociologia da Arte. *In*: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais** [...]. Petrópolis, ANPOCS, 2000. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt19-18/4879-jmorais-agencia/file>. Acesso em: 04 out. 2022.

NAVES, S. C. *et al.* Levantamento e comentário crítico de estudos acadêmicos sobre música popular no Brasil. **ANPOCS bib**: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 51, p. 1-54, 2001.

PALAVRA (EN)CANTADA. Direção: Helena Solberg. [S. l.: s. n.], 2008. (89 min).

PASSIANI, E. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n.47, p. 16-47, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>. Aceso em: 20 set. 2022.

SAID, E. W. **Humanismo e crítica democrática**. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. *In*: SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SANTOS, S. A. dos; FARIA, L. G. de P. Os projetos de abolição de Joaquim Nabuco e Luís Gama. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 1, p. 01-31, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/848>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011. Disponível em: www.scielo.br/j/ln/a/KxjwYKtxfw7cDt7v8P35ZNq/?lang=pt. Acesso em: 24 jul. 2021.

SILVA, I. M. V. da. A trajetória artístico-intelectual glauberiana. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 222-241, set./dez., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.428>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SILVA FILHO, J. P. L. Candido e Miceli: ambivalências sociológicas de um prefácio. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/listaresumos.htm>. Acesso em: 07 out. 2022.

SILVA FILHO, J. P. L. Era um negócio artesanal e a gente tinha gosto de fazer: entrevista com Sergio Miceli. **Remate de Males**, Campinas, v. 36, p. 481-502, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/remate.v36i2.8647921>. Acesso em: 24 jul. 2021.

VELHO, G. Vanguarda e desvio. *In*: VELHO, G. (org.). **Arte e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 27-38.

WAIZBORT, L. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WISNIK, J. M. A Gaia Ciência: literatura e música popular no Brasil. *In*: WISNIK, J. M. **Sem Receita**: ensaios e canções. São Paulo: Publifolha, 2004. p. 219-240.

Recebido em: 29 de julho de 2021.

Aprovado em: 10 de novembro de 2021.